**Alguns desenvolvimentistas nacionalistas**

**Romulo de Almeida**

****

Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador (BA) no dia 18 de agosto de 1914, filho de Eduardo de Sousa Almeida e de Almerinda Barreto de Almeida. Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia.

Dedicando-se à economia, em 1941 tornou-se diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre. Entre 1942 e 1943 foi professor substituto da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro. Em 1946 prestou assessoria à Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembléia Nacional Constituinte. No período de 1948 a 1949 participou de diversas subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão Abbink.

Por volta de 1950, atuando como economista da Confederação Nacional da Indústria, filiou-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Iniciado o segundo governo Vargas em janeiro de 1951, no mês seguinte foi designado oficial-de-gabinete do Gabinete Civil da Presidência da República. Ao mesmo tempo foi incumbido por Vargas de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República.

Ainda em 1951 tornou-se membro do conselho consultivo da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, posto que manteria até 1966. A partir de 1953, Rômulo de Almeida tornou-se consultor econômico da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Ainda no segundo semestre desse ano assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil. Com o suicídio de Vargas, em 1954, demitiu-se de seu cargo, já com a intenção de concorrer a uma cadeira na Câmara Federal.

No pleito de outubro de 1954 elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PTB. Iniciou o mandato em fevereiro do ano seguinte, tornando-se vice-líder do PTB em março. Em abril, porém, deixou a Câmara para assumir a Secretaria da Fazenda baiana. Ainda em 1955 criou e presidiu na Bahia a primeira Comissão de Planejamento Econômico do estado. Em 1957, criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. Reassumiu seu mandato na Câmara em julho desse mesmo ano, exercendo-o até dezembro. No período de 1957 a 1959 reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e nesse último ano, já durante o governo de Juraci Magalhães, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste em seu estado. Representou também a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba).

Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória e, em 1961, nomeado representante do Brasil junto à Comissão Internacional da Aliança para o Progresso, da qual se exoneraria em 1966.

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a conseqüente reformulação partidária, vinculou-se à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando este perdeu a sigla do PTB para Ivete Vargas filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Rômulo de Almeida foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas (Ebap-FGV). Foi diretor da Fundação Casa Popular, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da Empreendimentos Bahia S.A. e da Elétrico-Siderúrgica Bahia S.A., além de presidir a Consultoria de Planejamento Clan S.A. Também foi membro do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam).

Presidente de honra do PMDB baiano, em 1985, após ser cogitado para a presidência da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi nomeado, no início do governo Sarney, diretor de planejamento da área industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Permaneceu nesse cargo até a sua morte, ocorrida em Belo Horizonte em novembro de 1988.

Casou-se com Francisca Aguiar Almeida, com quem teve três filhos

**Jesus Soares Pereira**

Jesus Soares Pereira nasceu em Assaré (CE) no dia 6 de maio de 1910, filho de Pedro Felismino Pereira e de Maria Isabel Soares Pereira. Dos 15 aos 21 anos, trabalhou como telegrafista na capital cearense, custeando assim seus estudos. Durante esses anos de formação, aderiu ao positivismo.

Em fins de 1931, mudou-se para o Rio de Janeiro. Devido à sua ligação com os positivistas, ainda em 1931 tornou-se amigo do diretor-geral do setor de administração do Ministério da Agricultura, Mário Barbosa Carneiro, que no ano seguinte assumiu interinamente as funções de ministro. Soares Pereira foi então nomeado para um modesto cargo na diretoria geral de contabilidade do ministério, iniciando assim sua carreira no serviço público. Em janeiro de 1933 foi transferido para o Departamento Nacional de Produção Mineral, responsável pela pesquisa geológica no âmbito do Ministério da Agricultura. Em novembro seguinte foi designado para trabalhar na Secretaria de Estado da Agricultura.

Pouco depois da implantação do Estado Novo em novembro de 1937, o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) teve suas atribuições ampliadas e passou a condição de órgão deliberativo, o que se refletiu no crescimento do seu corpo técnico. Um dos nomes então requisitados foi o de Jesus Soares Pereira. Nos anos seguintes, recebeu encargos de naturezas diversas, atuando na assessoria de grupos de trabalho e do conselho pleno do CFCE, cujas reuniões eram presididas com freqüência pelo chefe do governo Getúlio Vargas.

Participou dos projetos relacionados com o aproveitamento do carvão e de todo o trabalho legislativo que resultou na criação, em julho de 1938, do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Trabalhou na assessoria da Câmara de Produção, Comércio e Transporte entre dezembro de 1942 e março de 1943, quando foi designado para servir de elemento de ligação do CFCE junto ao Ministério da Agricultura e à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Soares Pereira trabalhou no CFCE até a derrubada do Estado Novo, ocorrida em 29 de outubro de 1945. Nesse ano, diplomou-se em ciências sociais pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em 1947 foi nomeado diretor da Divisão de Estudos de Economia Florestal, ligada ao Instituto Nacional do Pinho (INP), onde realizou um importante estudo sobre os recursos florestais brasileiros. Em 1949 assumiu interinamente a presidência do INP. Em fevereiro de 1951, no início do segundo governo constitucional de Getúlio Vargas, Soares Pereira deixou seus trabalhos na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ) e no INP para integrar a Assessoria Econômica da Presidência da República, chefiada por Rômulo de Almeida.

Seu trabalho assumiu relevância especial na definição da política do governo para o petróleo. Foi a figura mais destacada da assessoria econômica na preparação do Projeto nº 1.516, que autorizava a criação da Petrobras e vinculava, pela primeira vez, o imposto único sobre combustíveis e lubrificantes ao programa do petróleo.

No segundo semestre de 1953 assumiu a chefia da assessoria econômica de Vargas. Nessa função, coordenou a equipe que elaborou, simultaneamente, o I Plano Nacional de Eletrificação e os projetos de lei visando regulamentar o imposto único sobre energia elétrica e criar a Eletrobrás.

Depois da morte de Vargas e da posse do vice-presidente João Café Filho, renunciou ao cargo de confiança que ocupava e retornou aos quadros do Ministério da Agricultura, onde permaneceu durante alguns meses. Em seguida, passou à condição de representante do Banco do Nordeste no Rio de Janeiro.

Em junho de 1956, no período inicial do governo de Juscelino Kubitschek, Soares Pereira foi designado para coordenar a assessoria técnica do Ministério da Viação e Obras Públicas, chefiado pelo almirante Lúcio Meira, com quem trabalhara na equipe econômica do segundo governo constitucional de Vargas. Pouco depois, foi nomeado representante desse ministério no Conselho Nacional do Petróleo (CNP), permanecendo nesse órgão entre 1956 e 1959.

Durante os sete meses do governo Jânio Quadros, em 1961, manteve-se afastado da administração pública gozando uma licença-prêmio. Em abril de 1962, no governo de João Goulart, foi indicado para o cargo de diretor de vendas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

Com o movimento político-militar que, em 31 de março de 1964, depôs o presidente Goulart e levou o general Humberto Castelo Branco ao poder, perdeu seu cargo na diretoria da CSN e foi incluído na lista dos 100 primeiros cidadãos que tiveram seus direitos políticos suspensos pelo Ato Institucional nº 1 (AI-1). Pouco depois partiu para Santiago do Chile, onde dirigiu até 1968 o Departamento de Recursos Naturais e Energia da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), órgão vinculado à Organização das Nações Unidas (ONU).

Retornou ao Brasil em 1969. A partir de 1971 organizou a publicação*Brasil em dados,*da Editora Índice, e colaborou com o *Jornal do Brasil*eo semanário carioca *Crítica,*escrevendo principalmente sobre o tema do petróleo. Durante mais de 20 anos, escreveu artigos sobre economia nos periódicos*Diário Carioca,* *O Jornal*e*Última Hora,*todos do Rio de Janeiro, utilizando freqüentemente os pseudônimos de "Mercúrio" e "J. Penha Arrais".

Casou-se com Orlanda Soares Pereira, com quem teve uma filha. Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 8 de dezembro de 1974

**Cleanto de Paiva Leite**

Cleanto de Paiva Leite nasceu na cidade da Paraíba, atual João Pessoa, no dia 24 de março de 1921, filho de João Batista Leite de Araújo e de Liliosa Paiva Leite de Araújo.

Em 1936, foi estudar no Recife, e começou a trabalhar no *Diário de Pernambuco*. Aprovado no exame vestibular para a Faculdade de Direito do Recife, aproveitou as facilidades do curso em relação à freqüência às aulas, retornando, no início da década de 1940 a João Pessoa, onde começou a trabalhar na Biblioteca Pública Estadual.

Em 1942, aprovado em concurso para técnico do Departamento Administrativo do Serviço Público, transferiu-se para o Rio de Janeiro. Naquele ano, Cleanto ainda cursava o quinto ano da Faculdade de Direito do Recife, vindo a fazer as provas finais no Rio de Janeiro no final de 1942. Em 1945, viajou para Londres a fim de realizar pesquisas no campo de administração colonial como bolsista do British Council, na London School of Economics. De 1945 a 1951 foi encarregado dos assuntos políticos do Conselho de Tutela da Organização das Nações Unidas (ONU).

Durante o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) integrou a Assessoria Econômica da Presidência da República, órgão de planejamento econômico diretamente ligado à Secretaria da Presidência. Ainda nesse período participou de uma comissão criada para elaborar um projeto de renovação da estrutura administrativa do governo. Do trabalho dessa comissão resultou um documento que previa as atuais funções dos ministérios da Indústria e Comércio e do Interior, além de um sistema de planejamento e controle de gestão das empresas estatais. Foram também estabelecidas ou consolidadas agências capazes de atuar técnica, financeira e institucionalmente de modo autônomo.

Em 1951, Cleanto de Paiva Leite tornou-se representante do Brasil, no United Nations International Children’s Emergency Fund (UNICEF), função que exerceria até 1954. Ainda durante o segundo governo Vargas, foi nomeado, em agosto de 1953, diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952. Licenciado entre 1956 e 1958, seria posteriormente reconduzido a esse cargo, que ocuparia até agosto de 1962.

Chefe de gabinete do ministro da Viação e Obras Públicas, Lúcio Meira, em 1957, foi designado, em dezembro de 1958, delegado brasileiro à conferência internacional durante a qual foi redigido o estatuto do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No início de 1960 foi eleito diretor-executivo do BID, reelegendo-se para o período 1963-1966. Renunciou ao cargo em dezembro de 1964, quando assumiu a representação desse organismo no Chile, função que exerceria até abril de 1968. De volta ao Brasil, tornou-se diretor do escritório carioca do grupo gaúcho Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga. Permaneceu nessa empresa durante alguns anos, ingressando depois na Fundação Getulio Vargas, onde criou o Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, da qual tornou-se diretor executivo.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de outubro de 1992.

Era casado com Maria Cecília de Freitas Leite, com quem teve três filhos